

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	11

Notas Explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	15
4	ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	25
5	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
7	PARTES RELACIONADAS	27
8	ATIVOS DE CONTRATO	29
9	FORNECEDORES.....	29
10	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
11	DEBÊNTURES	31
12	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	33
13	PIS E COFINS DIFERIDOS	34
14	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS.....	34
15	DIVIDENDOS A PAGAR	34
16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	35
17	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37
18	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS	38
19	RESULTADO FINANCEIRO	38
20	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
21	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	45
22	EVENTOS SUBSEQUENTES	46



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 1.094.138 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de Empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 26 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Alexandre de Souza Silva', with a stylized, overlapping loop structure.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	202	26.659
Aplicações financeiras	6	61.509	19.540
Contas a receber de clientes		13.496	14.828
Impostos e contribuições a recuperar		365	361
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		6.258	7.822
Adiantamento a fornecedor		-	36
Outros créditos a receber		3.258	2.239
Ativos de contrato	8	88.576	131.914
Total do ativo circulante		173.664	203.399
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	11.543	10.648
Impostos e contribuições a recuperar		3	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		20	20
Intangível		1.225	1.280
Ativos de contrato	8	1.005.563	931.031
Total do ativo não circulante		1.018.354	942.979
Total do ativo		1.192.018	1.146.378

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	9	5.977	7.147
Empréstimos e financiamentos	10	16.880	15.923
Debêntures	11	2.464	1.477
Dividendos a pagar		5.976	6.665
Impostos e contribuições a recolher		916	1.448
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		4.569	5.859
PIS e COFINS diferidos	13	4.567	5.071
Encargos setoriais		1.446	1.264
Outras contas a pagar		6.464	3.145
Total do passivo circulante		49.259	47.999
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	301.988	317.923
Debêntures	11	83.926	81.364
PIS e COFINS diferidos	13	96.642	112.398
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12.2	186.881	165.294
Outras contas a pagar		1.652	1.651
Total do passivo não circulante		671.089	678.630
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	89.257	89.257
Reserva de lucros		382.413	330.492
Total do patrimônio líquido		471.670	419.749
Total do passivo e patrimônio líquido		1.192.018	1.146.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	6.510	10.225
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	144.158	130.778
Receita operacional líquida		150.668	141.003
Custo dos serviços prestados	18	(5.706)	(9.919)
Lucro bruto		144.962	131.084
Despesas gerais e administrativas	18	(1.376)	(1.324)
Outras despesas operacionais, líquidas		(51)	(37)
Total de despesas operacionais		(1.427)	(1.361)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		143.535	129.723
Receitas financeiras	19	8.663	9.501
Despesas financeiras	19	(37.515)	(38.220)
Resultado financeiro		(28.852)	(28.719)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		114.683	101.004
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(4.563)	(5.873)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	(21.586)	(11.274)
Impostos sobre o lucro		(26.149)	(17.147)
Lucro líquido do exercício		88.534	83.857
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações -R\$		0,99190	0,93950
Quantidade de ações no final do exercício - em R\$ mil		89.257	89.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	88.534	83.857
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	88.534	83.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	89.257	17.294	239.336	14.717	19.186	57.663	-	437.453
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(57.663)	-	(57.663)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	83.857	83.857
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	17.083	-	-	(17.083)	-
Constituição de reserva legal	-	550	-	-	-	-	(550)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(662)	(662)
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	-	-	(6.900)	-	(30.333)	(37.233)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(6.003)	-	-	-	-	(6.003)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	30.637	(30.637)	-
Constituição de reserva para investimentos e expansão	-	-	-	-	4.592	-	(4.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	89.257	17.844	233.333	31.800	16.878	30.637	-	419.749
Dividendos adicionais de 2023 propostos	-	-	-	-	-	(30.637)	-	(30.637)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	88.534	88.534
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	12.699	-	-	(12.699)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(5.218)	-	-	-	-	(5.218)
Constituição de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	75.077	(75.077)	-
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89.257	17.844	228.115	44.499	16.878	75.077	-	471.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	88.534	83.857
Ajuste para:		
Amortização	55	55
Remuneração de ativos de contrato	(139.268)	(150.321)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	31.142	32.731
Rendimentos de aplicações financeiras	(8.699)	(9.962)
PIS e COFINS diferidos	(16.260)	9.098
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	4.563	5.873
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	21.586	11.274
	<u>(18.347)</u>	<u>(17.395)</u>
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:		
Contas a receber de clientes	109.407	115.337
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	5.983	295
Adiantamento a fornecedores	36	4.636
Outros créditos a receber	(1.019)	(901)
Fornecedores	(1.170)	103
Impostos e contribuições a recolher	(532)	70
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(5.853)	(19)
Encargos setoriais	182	485
Outras contas a pagar	3.321	1.903
	<u>110.348</u>	<u>121.909</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	8.699	9.962
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(26.850)	(29.331)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(4.419)	(6.103)
	<u>(22.570)</u>	<u>(25.472)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>69.431</u>	<u>79.042</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	(42.864)	36.883
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(42.864)</u>	<u>36.883</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.843)	(14.312)
Amortização de debêntures	(878)	(422)
Dividendos pagos	(37.302)	(99.309)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(53.023)</u>	<u>(114.043)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(26.456)</u>	<u>1.882</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.659	24.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>202</u>	<u>26.659</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(26.457)</u>	<u>1.882</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receita de remuneração de ativos de contrato	139.268	150.321
Receita de operação e manutenção	8.775	12.732
	148.043	163.053
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.257)	(8.371)
	(4.257)	(8.371)
Valor adicionado bruto	143.786	154.682
Amortização	(55)	(55)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	143.731	154.627
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.076	9.965
	9.076	9.965
Valor adicionado total a distribuir	152.807	164.592
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.329	2.448
Benefícios	154	83
FGTS	72	54
	2.555	2.585
Imposto, taxa e contribuições		
Federais	24.200	39.857
	24.200	39.857
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31.334	31.321
Aluguéis	3	73
Outros	6.181	6.899
	37.518	38.293
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	75.835	61.632
Lucro líquido do exercício	12.699	22.225
	88.534	83.857
Valor adicionado	152.807	164.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., tendo como controladora final a Equatorial S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 5, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3 C2, em 500(*) kV, com extensão aproximada de 257(*) quilômetros.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do poder concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 013/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade pelo período de dez anos, contados a partir de sua assinatura em 17 de dezembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada ao ativo contratual para precificar o ativo contratual.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5 e 12	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.11.2 – Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

3.1 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos, sendo revisada prospectivamente ao longo da construção/melhoria da infraestrutura.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

- **SUDENE**
Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro e do CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza é refletido no resultado do exercício.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
-----------------------------------	--

3.7.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.7.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3.8 Capital social

3.8.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e com vigência a partir de 2024 são os seguintes:

Normas	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Normas	Descrição da alteração	Vigência
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7 : Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou os normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

3.10.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:

Normas	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Normas	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4. Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o novo ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP (Receita Anual de Permitida) é de R\$ 123.832, homologada pela REH nº 3.348/2024.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	12	9
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	190	26.650
Total	202	26.659

- (a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 90,00% a.a. do CDI (101,91% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicações financeiras

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)	61.509	19.540
Total circulante	61.509	19.540
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	11.543	10.648
Total não circulante	11.543	10.648
Total	73.052	30.188

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas; e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 96,16% a.a. do CDI (101,46% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2024		2023	
Empresas	Nota	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	70	-	117	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	104	-	213	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	52	-	87	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	43	-	75	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	140	-	243	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	12	-	12	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	159	-	221	-
Total		580	-	968	-
		2024		2023	
Empresas	Nota	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	17	34	7	15
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	20	34	66	20
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	11	3	6
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	12	5	10
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	5	15	4	8
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	2	4	1	1
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	22	28	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	23	29	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	30	38	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	253	671	-	1
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	127	339	-	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	49	61	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	14	18	-	-
Total		572	1.294	86	61
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	-	-	(4)	(14)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(d)	-	-	(300)	(300)
Total		-	-	(304)	(314)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(53)	(228)	(99)	(329)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(24)	(112)	(12)	(129)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(16)	(44)	(11)	(61)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(10)	(36)	(10)	(41)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(17)	(39)	(10)	(46)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(4)	(12)	(3)	(10)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	(6)	(13)	-	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	(15)	(34)	-	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	(3)	(7)	-	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(427)	(1.704)	(1.211)	(281)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	(41)	(99)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S. A	(b)	-	-	-	(1)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	(35)	(63)	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S. A	(b)	(48)	(72)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A (INTESA)	(b)	-	-	(1)	(2)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(1.193)	(4.166)	(1.208)	(3.824)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	-	(155)	-	(416)
Total		(1.892)	(6.784)	(2.565)	(5.140)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(5.976)	-	(6.665)	-
Total		(5.976)	-	(6.665)	-

- (a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (f) Valor refere-se à distribuição de dividendos mínimos e adicionais referentes ao exercício de 2024 e 2023, conforme detalhamento na nota explicativa nº 15 – Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024 o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e três membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 362 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias e fianças

A Equatorial S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), parte relacionada e controladora da Companhia, respectivamente, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus^(*) nos contratos de financiamentos, debêntures e apólices de seguros, conforme abaixo listados:

Garantias	Valor Garantido	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (b)
1ª Emissão Debêntures (2)	66.000	100	23/05/2019	15/04/2039	66.000	86.390
Banco do Nordeste (BNB) (2)	355.977	100	22/02/2019	15/01/2039	353.165	318.868
Apólices de seguros (1)	191	100	02/02/2024	03/02/2023	N/A	N/A
	422.168				419.165	405.258
Fianças (a)						
Fiança ABC (2)	26.207	100	07/06/2024	29/05/2026	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	61.916	100	14/02/2022	14/02/2026	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	242.144	100	12/02/2023	11/12/2026	N/A	N/A
Intesa Sanpaolo (2)	22.897	100	16/05/2024	16/05/2026	N/A	N/A
	353.164					

- (a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e
- (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	Remuneração (a)	Amortização (b)	2024
Ativos de contrato em serviço	1.062.945	139.268	(108.075)	1.094.138
Total	1.062.945	139.268	(108.075)	1.094.138
Circulante	131.914			88.575
Não circulante	931.031			1.005.563

	2022	Remuneração	Amortização	2023
Ativos de contrato em serviço	1.030.737	150.321	(118.113)	1.062.945
Total	1.030.737	150.321	(118.113)	1.062.945
Circulante	124.463			131.914
Não circulante	906.274			931.031

- (a) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- (b) O saldo decorre da soma da amortização dos ativos de contrato, que ocorrerá até o final da concessão do empreendimento, pelo reconhecimento da RAP faturada mensalmente, cujo valor acumulado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ (116.850); e R\$ 8.775 referente a receita de operação e manutenção.

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Materiais e serviços (a)	5.977	6.833
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	-	304
Encargos de uso da rede elétrica	-	10
Total	5.977	7.147

O saldo de fornecedores R\$ 5.977 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.147 em 31 de dezembro de 2023), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 20 dias (29 dias em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

10.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.999	303.551	320.550
Subtotal			16.999	303.551	320.550
(-) Custo de captação	-	-	(119)	(1.563)	(1.682)
Total empréstimos e financiamentos			16.880	301.988	318.868

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.042	319.605	335.647
Subtotal			16.042	319.605	335.647
(-) Custo de captação	-	-	(119)	(1.682)	(1.801)
Total empréstimos e financiamentos			15.923	317.923	333.846

10.2 Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.923	317.923	333.846
Encargos	23.773	-	23.773
Transferências	15.935	(15.935)	-
Amortizações de principal	(14.843)	-	(14.843)
Pagamento de juros	(24.027)	-	(24.027)
Custo de captação (a)	119	-	119
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.880	301.988	318.868

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730
Encargos	24.636	-	24.636
Transferências	15.091	(15.091)	-
Amortizações de principal	(14.312)	-	(14.312)
Pagamento de juros	(25.327)	-	(25.327)
Custo de captação (a)	119	-	119
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.923	317.923	333.846

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento Circulante	2024	
	Valor	%
	16.880	5 %
2026	17.032	5 %
2027	17.484	5 %
2028	17.558	6 %
2029	17.898	6 %
Até 2039	233.579	73 %
Subtotal	303.551	95 %
Custo de captação (Não circulante)	(1.563)	0 %
Não circulante	301.988	95 %
Total	318.868	100 %

10.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11. Debêntures

11.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.477	81.364	82.841
Encargos	4.228	-	4.228
Transferências	1.351	(1.351)	-
Amortizações de principal	(878)	-	(878)
Pagamento de juros	(4.178)	-	(4.178)
Variação monetária	267	3.913	4.180
Custo de captação (a)	197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.464	83.926	86.390

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291
Encargos	4.020	-	4.020
Transferência	463	(463)	-
Amortizações de principal	(422)	-	(422)
Pagamento de juros	(4.004)	-	(4.004)
Variação monetária	209	3.550	3.759
Custo de captação (a)	197	-	197
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.477	81.364	82.841

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Características das debêntures

								2024		
Emissão	Característica das debêntures	Série	Garantias	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	Aval/Fiança	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	2.464	83.926	86.390
Total								2.464	83.926	86.390
(1)	Emissão pública de debêntures simples									
(3)	Não conversíveis em ações									
(4)	Espécie quirografária									
(5)	Debêntures incentivadas									
(6)	Garantia adicional fidejussória									

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

2024		
Vencimento	Valor	%
Circulante	2.464	3%
2026	2.690	3%
2027	3.587	4%
2028	4.484	5%
2029	5.381	6%
Até 2039	70.399	81%
Subtotal	86.541	100%
Custo de captação (não circulante)	(2.615)	-3%
Total não circulante	83.926	97%
Total debêntures	86.390	100%

11.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2024.

Covenants

Dívida líquida/EBITDA Companhia: <= 4,5
Dívida líquida/EBITDA Fiadora: <= 5,0

Debêntures

3,5
3,7

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

12.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	114.684	114.684	101.004	101.004
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(28.671)	(10.322)	(25.251)	(9.090)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	100	28	101	10
IRPJ Subvenção Governamental	12.699	-	17.083	-
IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	17	-	-
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(15.872)	(10.277)	(8.067)	(9.080)
Alíquota efetiva	14%	9%	8%	9%
IRPJ e CSLL correntes	-	(4.563)	-	(5.873)
IRPJ e CSLL diferidos	(15.872)	(5.714)	(8.067)	(3.207)

12.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	2024			
	2023	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	5.261	-	5.261	5.261
Custo/Receita de construção – CPC 47	(170.564)	(21.639)	(192.203)	-
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	8	53	61	61
Total	(165.295)	(21.586)	(186.881)	5.322

12.3 Expectativa de recuperação – Prejuízo fiscal e base negativa

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	3.835	1.487	5.322

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

13. PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2024	2023
Base de cálculo da receita		
Receita de remuneração do ativo de contrato	139.268	150.321
	139.268	150.321
 PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i) / (a)	12.882	13.906
 Amortização de PIS/COFINS (ii)	(29.142)	(4.808)
 Saldo no início do exercício (iii)	117.469	108.371
 Saldo no final do exercício (i + ii + iii)	101.209	117.469
 Circulante	4.567	5.071
Não circulante	96.642	112.398

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme tributação da receita do mês. A variação do PIS/COFINS diferido ocorreu conforme a Nota Explicativa 17.

14. Provisão para riscos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2024, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 351.996 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2023), conforme segue:

14.1 Cível

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia figura como ré em 03 processos cíveis os quais se referem à servidão de passagem e à irregularidade registral.

Em 31 de dezembro de 2024, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 5001574-52.2020.8.13.0351, de servidão de passagem no montante de R\$ 277 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2023).

15. Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	88.534	83.857
(-) Reserva legal	-	(550)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.699)	(17.083)
Lucro líquido ajustado	75.835	66.224
Dividendos mínimos obrigatórios	758	663
Realização da Reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	5.218	6.003
Dividendos intermediários pagos	-	37.233
Dividendos adicionais propostos	75.077	30.636
Total dividendos	81.053	74.535

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.412
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	57.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	663
Dividendos intermediários distribuídos	37.233
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.003
Pagamento de dividendos no exercício	(99.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.665
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	30.637
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	758
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.218
Pagamento de dividendos no exercício	(37.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.976

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$ 89.257.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital está representado por 89.256.949 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

16.2 Reserva de lucros

	Nota	2024	2023
Reserva legal	(a)	17.844	17.844
Reserva de incentivos fiscais	(b)	44.499	31.800
Reserva de lucros a realizar	(c)	228.115	233.333
Reserva para investimento e expansão	(d)	16.878	16.878
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	75.077	30.637
Total		382.413	330.492

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era de R\$ 44.499 (R\$ 31.800 em 31 de dezembro de 2023), a movimentação do exercício de R\$ 12.699 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2024 (R\$ 17.083 no exercício de 2023).

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 17.844 (R\$ 17.844 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 228.115 (R\$ 233.333 em 31 de dezembro de 2023).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	233.333	239.336
Realização	(5.218)	(6.003)
Saldo final em 31 de dezembro	228.115	233.333

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva para investimento e expansão é de R\$ 16.878 (Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 16.878).

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 20 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 75.077 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 30.637 em 31 de dezembro de 2023).

17. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de operação e manutenção	8.775	12.732
	<u>8.775</u>	<u>12.732</u>
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	(716)	(885)
Encargos do consumidor (a)	(1.549)	(1.622)
	<u>(2.265)</u>	<u>(2.507)</u>
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	<u>6.510</u>	<u>10.225</u>
Receita de remuneração de ativos de contrato (b)		
Remuneração de ativos de contrato	139.268	150.321
PIS/COFINS corrente	(11.370)	(10.445)
PIS/COFINS diferidos (c) (d)	16.260	(9.098)
	<u>144.158</u>	<u>130.778</u>
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas		
	<u>144.158</u>	<u>130.778</u>
Receita operacional líquida	<u><u>150.668</u></u>	<u><u>141.003</u></u>

- (a) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (b) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.
- (c) O total de PIS e COFINS diferidos sobre a receita, para fins de ICPC 01, é de R\$ 16.260 para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.098 em 31 de dezembro de 2023).
- (d) O efeito líquido positivo de PIS e COFINS diferidos no montante de R\$ 16.260, considera (i) reconhecimento de despesa no valor de R\$ 6.958 e (ii) reavaliação da estimativa de amortização do PIS e COFINS diferidos realizada ao longo de 2024, que resultou no impacto positivo de R\$ 23.218 no resultado.

17.1 Margens das obrigações de performance

	2024	2023
Operação e manutenção		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	8.059	11.847
Custo	(5.512)	(9.563)
Margem (R\$)	<u>2.547</u>	<u>2.284</u>
Margem percebida (%) (**)	31,60%	19,28%
Margem orçada no início do contrato	39,08%	43,89%

(**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Custos dos serviços prestados e despesas operacionais

	2024			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(1.944)	(45)	(1.989)	(829)
Material	(54)	(3)	(57)	-
Serviços de terceiros	(3.514)	(32)	(3.546)	(481)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	(3)
Amortização do ativo intangível	-	(55)	(55)	-
Outros	-	(59)	(59)	(63)
Total	(5.512)	(194)	(5.706)	(1.376)

	2023			
	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas administrativas
Pessoal	(2.134)	(21)	(2.155)	(626)
Material	(179)	-	(179)	-
Serviços de terceiros	(7.181)	(280)	(7.461)	(556)
Arrendamento e aluguéis	(69)	-	(69)	(4)
Amortização do ativo intangível	-	(55)	(55)	-
Outros	-	-	-	(138)
Total	(9.563)	(356)	(9.919)	(1.324)

19. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	8.699	9.962
Variação monetária e cambial da dívida	192	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(413)	(464)
Outras receitas financeiras	185	3
Total de receitas financeiras	8.663	9.501
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(26.962)	(27.562)
Variação monetária da dívida (a)	(4.372)	(3.759)
Despesas financeira com P&D	68	(136)
Juros, multas s/ operação de energia	(1)	(2)
Despesa com Aval (b)	(4.166)	(4.240)
Outras despesas financeiras	(2.082)	(2.521)
Total de despesas financeiras	(37.515)	(38.220)
Resultado financeiro líquido	(28.852)	(28.719)

- (a) O leve aumento da variação monetária, ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2023, a taxa de 4,62%, e acumulou em 2024, a taxa de 4,83%, combinada com redução do saldo da dívida entre os períodos; e
- (b) Refere-se a assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial S.A. e Equatorial Transmissão S.A.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

20.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre EBITDA.

20.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

20.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1	Custo amortizado	12	12	26.659	26.659
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)			190	190		
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	73.052	73.052	30.188	30.188
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	13.496	13.496	14.828	14.828
Total do ativo			86.750	86.750	71.675	71.675

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024		2023	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	5.977	5.977	7.147	7.147
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	318.868	320.549	333.846	335.646
Debêntures	2	Custo amortizado	86.390	80.318	82.841	104.167
Total do passivo			411.235	406.844	423.834	446.960

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais;

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado;

Empréstimos e financiamentos – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

Debêntures – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

20.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 202 (R\$ 26.659 em 31 de dezembro de 2023). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 – Empréstimos e financiamentos e nº 11 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	2024					
	Valor Contábil (*)	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	Mais que 2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantia	318.868	474.370	6.018	38.553	34.163	96.387
Títulos de dívida emitidos com garantia	86.390	195.128	-	7.983	9.061	33.590
Fornecedores	5.977	5.977	5.977	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	411.235	675.475	11.995	46.536	43.224	129.977

(*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.4 - *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e Investimentos de curto prazo	CDI	73.242	84.529	87.348	90.176	81.709	78.889
Impacto no resultado				2.820	5.647	(2.820)	(5.640)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(409.751)	(436.139)	(442.736)	(449.333)	(429.542)	(422.945)
Impacto no resultado				(6.597)	(13.194)	6.597	13.194
Impacto líquido no resultado				(3.777)	(7.547)	3.777	7.554
Referência para ativos e passivos financeiros							
	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%	
IPCA (% 12 meses)	6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%	

Fonte: B3.

d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	758
Realização da reserva de lucros a realizar	<u>5.218</u>
Total	<u>5.976</u>

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	333.846	(14.843)	(22.672)	22.537	318.868
Debêntures	82.841	(878)	(4.178)	8.605	86.390
Dividendos a pagar	6.665	(37.302)	-	36.613	5.976
Totais	423.352	(53.023)	(26.850)	67.755	411.234

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de “Outros” incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

22. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 75.077, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador CRC MA 011842-O-3 S-DF